



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata N°21/2013

**ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
QUADRIÉNIO DE 2013-2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze pelas vinte horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 3ª Sessão Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO -----

III - PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Proposta de Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

Ponto 2 - Designação de Representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Loures – Odivelas. -----

Ponto 3 - Proc. 47251/RC - Salomé dos Santos Marta e Outros - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 3/2009 do Bairro Novo de Santo Eloy - Freguesia da Pontinha - Lotes 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 e 50. --

Ponto 4 - Proc. 4690/RC – Manuel Augusto Morais – Proposta de Aplicação de Condições para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 7/92 – Bairro



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Moinho do Baeta – União das Freguesias da Ramada e Caneças – Lotes 2, 17, 28, 29, 30, 32, 38, 42, 135, 136, 147, 170 e 185. -----

Ponto 5 - Proc. 47685/RC – Elias Moita Rosa Mota - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003 – Bairro Vale Pequeno – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Lotes 345 e 346. -----

Ponto 6 - Proposta sobre os Seguros de Acidentes Pessoais – Executivo Juntas de Freguesia. -----

Ponto 7 - Proposta de Alteração do nome “Cartão Jovem Cidadão” para “Jovem Cidadão” e Subsequente Alteração do Regulamento, Fichas de Adesão e Guia Informático. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu posse aos Srs. Deputados Municipais **António Caetano Soares Pedro** da bancada da **CDU Isabel Maria Mouzinho Almeida Galrriça Neto**, da bancada **Odivelas Merece Mais**, -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Miguel Gonçalves Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros** pelo Membro **Sandra Maria Rocha Pinto Estrela Campos** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues** -
Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **Luís Miguel Santos** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **35** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de, Fernando Painho Ferreira, e Raquel Rodrigues pela bancada da **CDU** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e 9 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Sr. Vereadores, Senhores Vereadores Carlos Bodião, Sandra Pereira da bancada do PSD, Hugo Martins e Paulo César, pela bancada do PS -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, fez um ponto de ordem à mesa, que seguidamente se transcreve: -----

"Muito boa noite a todos. Para não haver esquecimento, desejo um Bom Natal e um melhor 2014. Olhe, eu queria só perguntar o seguinte, porque vamos discutir o problema dos seguros. Eu quero saber se estou seguro? É que se eu não estou seguro, eu vou-me embora. Como você sabe a Lei obriga que as Assembleias tenham seguro. Como eu não fui eleito para esta Assembleia, estou cá por inerência, mas estou por direito e por obrigação, eu tenho direito a estar seguro. Portanto, a proposta que está nesta Assembleia, parece-me que não é correta, não é legítimo que ponha os quatro Presidentes de junta de fora. E como põe. Eu apelava que retirassem o ponto e se fizessem alteração, porque, não somos eleitos para a Assembleia, nós somos por inerência, mas somos obrigados a estar. E tanto é, que nós recebemos por isso, uma senha de presença, portanto, quem elegeu uma proposta destas, quis pôr de fora os Presidentes de Junta. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes, que seguidamente se transcrevem; - -----

*"Muito boa noite senhor Presidente, distintos Membros da Mesa, Deputadas e Deputados. -----
A proposta que nós fizemos para 2014, toda a Assembleia Municipal está segura, sendo os Presidentes de Junta Membros inerentes da Assembleia Municipal, estão cobertos pelo seguro da Assembleia Municipal. Está todo pago no ano de 2013, é um seguro de cerca de 2066€ (dois mil e sessenta e seis euros). A o*



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

proposta é para 2014, e para o Executivo, ou seja, para os Vogais, ou seja, a Câmara Municipal continua a assegurar obviamente o Executivo da Câmara, toda a Assembleia Municipal, mas não tem enquadramento legal, também o fazer para o Executivo da Junta, que é um Órgão autónomo e legitimamente eleito e que portanto, existe essa ressalva. Nessa perspetiva o que se está a propor é para este novo ciclo que para os Vogais, para o Executivo, mas os Presidentes são inerentes da Assembleia Municipal, portanto, estão cobertos pela Assembleia Municipal. -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve; -----

*“Os meus cumprimentos a todos os presentes. No passado dia 16 de dezembro, começaram a ser implementados os novos horários de trabalho de 40 horas semanais na Câmara Municipal de Odivelas, visando a aplicação da Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, que entrou em vigor no dia 29 de setembro. -----
Recorde-se que o Tribunal Constitucional decidiu não declarar a inconstitucionalidade das normas do aumento do horário de trabalho para os funcionários públicos, não retirando com isso qualquer justeza e legitimidade à luta dos trabalhadores, mas, e não obstante este fato, o acórdão do Tribunal deixou também, manifestamente, em aberto a possibilidade dos horários serem acertados entre a entidade empregadora e os funcionários como determina a lei 59/2008 que instituiu estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.* -----

A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas, reitera que a lei das 40 horas semanais de trabalho, aprovada pelo Governo PSD/CDS-PP, representa um retrocesso civilizacional, constituindo uma das mais violentas medidas tomadas por este governo maioritário, com a infeliz e costumeira cumplicidade da troika estrangeira, contra os trabalhadores em funções públicas. -----

O aumento do horário de trabalho imposto por esta Lei iníqua, representa uma desvalorização salarial na ordem de 14,2%. E, se juntarmos a supressão de 3 dias de férias e de 4 feriados nacionais, a desvalorização do rendimento do trabalho para os trabalhadores da administração pública, local e central, atinge os 17,9%. Com o aumento do horário de trabalho e os cortes dos dias de férias e feriados, os trabalhadores da administração pública são obrigados a prestar de forma gratuita mais 41 dias de trabalho por ano. -----

Trata-se de um ataque inaceitável a conquistas fundamentais, invertendo a tendência secular de redução progressiva do tempo de trabalho, com consequências negativas também para a própria organização dos serviços municipais. O número de horas de trabalho efetivo, ao invés do que alguns tentam fazer crer e se propagandeia, não conduz a um aumento de produtividade, é apenas um fator ou variável em todo o



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

processo produtivo e inversamente proporcional à produtividade gerada, conforme comprovam os estudos efetuados ao longo de décadas. -----

No mesmo sentido apontam os estudos da Organização Internacional do Trabalho, que deixam claro e inquestionáveis os efeitos perniciosos que o excesso de horas diárias de trabalho têm sobre os trabalhadores e as organizações, pondo em causa os níveis de segurança, saúde e condições de vida profissional e pessoal. -----

Quando falamos na conciliação entre o trabalho e a vida familiar, no horário de trabalho de 7 horas diárias, 35 semanais, nos 25 dias úteis de férias, nas majorações em função da idade e antiguidade ou, por exemplo, na proteção na maternidade e paternidade, não falamos de regalias - falamos de importantíssimos direitos sociais e laborais conquistados pelos trabalhadores, após a Revolução de 25 de Abril, com luta e sacrifício. -----

Quanto à gestão deste processo na Câmara Municipal de Odivelas, a bancada da CDU entende que deve ser a sua Presidente, Dra. Susana Amador, a liderar, de forma absolutamente inequívoca, todo o processo relacionado com o objetivo de redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais na autarquia, devendo-se colocar ao lado dos trabalhadores e dos sindicatos nas ações promovidas contra o aumento do horário de trabalho. -----

Entendemos, tal-qualmente, que se devem efetuar todas as diligências necessárias com vista a uma celebração urgente de um novo Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública com os sindicatos e subsequente envio dos mesmos para homologação por parte do Governo e publicação em Diário da República, aguardando que o princípio da autonomia local não seja transgredido. Na Área Metropolitana de Lisboa, por exemplo, são inúmeros os municípios que não chegaram mesmo a aplicar as 40 horas semanais, por força das providências cautelares interpostas, e que, entretanto e expeditamente, até já celebraram os novos Acordos Coletivos. -----

Por fim, e em matéria de regime de horário de trabalho, horário de funcionamento e de atendimento, deixamos duas interpelações à Câmara Municipal sobre a concessão de jornada contínua: -----

A autarquia vai respeitar a concessão de jornada contínua, tal qual se encontra prevista na Lei, no Regulamento da Câmara Municipal de Odivelas recentemente aprovado? -----

A autarquia admite, em algum momento, a criação ad hoc de novos parâmetros que possam estreitar ou coartar a concessão desde relevante direito no âmbito da proteção da parentalidade (como, por exemplo, atribuindo a sua concessão quando apenas se verifique uma das seguintes situações: horário de encerramento das atividades letivas do filho, sem possibilidade de prolongamento, frequência por parte do filho de um estabelecimento de ensino localizado a mais de 20 km ou filho portador de deficiência)?" -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Stº Adrião/Olival Basto, **Rogério Breia**, pela bancada do **PS**, que seguidamente se transcreve; -----

"Como é do vosso conhecimento, fui eleito como Delegado, para representar as freguesias do concelho de Odivelas, no XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que teve lugar em Santarém no passado dia 23 de novembro. E quero desde já expressar publicamente, os meus sinceros parabéns à Senhora Presidente da CMO, Dra. Susana Amador, que juntamente com outros 16 autarcas, tomaram posse no novo Conselho Diretivo da ANMP, e, neste caso em particular, com o cargo de Vice-Presidente, cargo este que nos deixa embevecidos pelo feito histórico alcançado e pelo reconhecimento feito ao trabalho que a nossa estimada Presidente tem desenvolvido nestes últimos anos. -----

Na sequência das eleições autárquicas ocorridas a 29 de setembro último, a ANMP discutiu as principais matérias que dominam as preocupações de milhares de eleitos locais que legitimamente representam os cidadãos de todo o país. Inseridas no tema "Mais Governo Local, Melhor Portugal" foram abordadas as seguintes problemáticas:-----

- Papel das autarquias locais no país;-----
- Contexto económico, financeiro e social do País; -----
- Autonomia do Poder Local; competências municipais;-----
- Finanças locais; Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014;-----
- Portugal 2020 (quadro comunitário de apoio para o período 2014-2020);-----
- Reorganização dos serviços do Estado. -----

- Papel das autarquias locais no país: as autarquias locais não são apenas um resultado feliz da democracia. Constituem-se numa mais-valia, reforçando a proximidade entre representantes e representados. Além da proximidade, as autarquias locais apelam à participação das populações, constituindo-se, como tal, em fator de revigoração da cidadania.-----

- Contexto económico, financeiro e social do País: o país atravessa uma fase de convulsão económica e social, tendo o desemprego atingido os níveis mais elevados de que há memória, principalmente o desemprego jovem. As falências e encerramento de unidades produtivas têm-se sucedido a um ritmo perturbador e as imagens do desespero dos trabalhadores que perderam os seus postos de trabalho são uma realidade que a todos envergonha. Quer as populações, quer as mais diversas entidades e instituições estão "no limite" das suas possibilidades. As autarquias locais estão, desde há muito tempo, numa situação muito delicada, uma vez que as suas receitas têm sido diminuídas drasticamente nos últimos anos. Em 2013, as autarquias locais receberam do Orçamento do Estado um valor idêntico ao transferido em 2005. ---



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- Autonomia do Poder Local; competências municipais : A ANMP sublinhou que a consagração da autonomia local não é mais do que o reconhecimento de um espaço de livre decisão sobre assuntos comuns aos habitantes de uma determinada circunscrição dentro do território nacional, entendido como um direito de decisão não subordinado a outrem que constitui uma garantia do pluralismo dos poderes públicos, uma forma de limitação do poder político e, nessa medida, um elemento indissociável do estado de Direito Democrático. Só há Poder Local quando as autarquias são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira: isto é, quando forem suficientemente largas as suas atribuições e competências, quando forem dotadas dos meios humanos e técnicos necessários, bem como dos recursos materiais suficientes para as prosseguir e exercer, quando não forem controladas politicamente pelo Poder Central.-----

- Finanças locais; Proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014: As diversas Leis de Finanças Locais que vigoraram antes da atual Lei n.º 73/2013 (Lei n.º 1/79, Decreto-Lei n.º 98/84, Lei n.º 1/87, Lei n.º 42/98 e Lei n.º 2/2007) registaram um trajeto descendente e regressivo nas garantias de autonomia financeira do Poder Local e nas relações entre as receitas das autarquias e as receitas dos impostos de referência para cálculo das receitas municipais. De facto, todas as sucessivas alterações que, ao longo dos anos, foram sendo introduzidas na Lei, surtiram sempre um efeito de redução e penalização das receitas municipais e da autonomia financeira dos municípios. As novas reduções da participação nos impostos do estado poderiam vir a representar cerca de 130 milhões de euros, em cada um dos anos de 2012 e 2013. E está prevista uma nova redução de cerca de 51 milhões de euros para 2014.-----

- Portugal 2020 (quadro comunitário de apoio para o período 2014-2020): O próximo Quadro Comunitário de Apoio, no quadro da Estratégia Europa 2020 deve potenciar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e promoção da coesão económica, social e territorial. Sendo que o modelo de governação de Portugal deve assegurar o máximo de eficiência.-----

- Reorganização dos serviços do Estado: A existência de serviços públicos é condição indispensável para a manutenção do emprego, para garantir a fixação e atração da população e para o desenvolvimento sustentável de todo o território. Este XXI Congresso da ANMP sublinhou que o encerramento de serviços públicos por todo o país não pode ser o preço a pagar por décadas de políticas públicas erradas, assentes em medidas avulsas que criam condições para o último passo de abandono de vários espaços territoriais, pensadas e implementadas sem terem por base uma visão estratégica do ordenamento do conjunto do território nacional e os princípios de solidariedade e convergência entre regiões, igualdade de oportunidades e concertação institucional.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Em suma, este XXI Congresso exortou os Órgãos de Soberania nacionais para a necessidade de estruturação de um diálogo construtivo, que seja profícuo, em benefício da gestão municipal e da satisfação cabal das necessidades das populações. -----

Exigiu soluções para o país que privilegiem os interesses dos cidadãos, que potenciem o desenvolvimento do país e que não desconsiderem uma parte da sua Administração, desde logo aquela que está mais próxima dos cidadãos. -----

Lamentou a intolerância dos Governos que, em aspetos fundamentais, introduzem medidas que são inaceitáveis para os municípios, que impedem a gestão adequada dos seus recursos e que são suscetíveis de paralisar a atividade municipal. -----

Afirmou a determinação do Poder Local Democrático na oposição firme a quaisquer políticas erradas que sacrifiquem coesão nacional. -----

Sugeriu a cada um dos municípios abrangidos por medidas de encerramento de serviços públicos, que seja fixada uma data para a realização de uma reunião conjunta de todos os órgãos autárquicos, visando a tomada de posição e a mobilização das populações para a defesa e manutenção dos serviços públicos no seu território. -----

Reclamou do Governo e da assembleia da República uma mudança de atitude para com o Poder Local, que tenha em conta as suas especificidades, no respeito pela sua autonomia. Só dessa forma se construirá o Portugal que todos desejamos."-----

Pelas 21h00 registou-se a saída da Sr^a Presidente da Câmara -----

Pela Bancada do **BE** foi apresentado um voto de Pesar sobre "**Nadir Afonso**", tendo sido retirado, que seguidamente se transcreve; -----

"Nadir Afonso faleceu no passado dia 11 de Dezembro de 2013, aos 93 anos de idade. Com uma formação dividida entre Portugal e França, o arquiteto e pintor – pioneiro na introdução do abstracionismo geométrico em Portugal –, deixou um vasto legado de reflexões sobre a sua obra e, num plano mais geral, sobre a sociedade. -----

Ao longo da vida, cruzou-se com algumas das mais importantes referências mundiais na área da pintura e da arquitetura: trabalhou em Paris com Le Corbusier e Max Ernst, em São Paulo com Óscar Niemeyer, entre tantos outros. Expôs a sua obra em várias cidades, incluindo em Odivelas. A sua obra foi vastamente premiada: entre outros, recebeu o Prémio Nacional de Pintura (1967) e foi distinguido com o Prémio



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Amadeo de Souza-Cardoso (1969). Em 2012, recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade do Porto, o qual se somou ao título homólogo atribuído pela Universidade Lusíada de Lisboa. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 19 de Dezembro de 2013, reconhece o trabalho ímpar de Nadir Afonso, endereçando à sua família e amigos um voto de profundo pesar." -----

*Pela bancada do PSD foi apresentada uma carta de condolências para a família de **Nelson Mandela** (documento nº 1), que seguidamente se transcreve; -----*

"In Odivelas, Portugal, the Municipal Assembly takes part, deliberates and vote for local politics, but also takes position in international relevant occasions. -----

Now that Nelson Mandela has gone we feel the loss of a great man and that is a sad moment for everyone in the free world. -----

We know how close you were to your father and the influence he had in your lives. -----

When everything could go wrong, he was there for you. -----

During the past decades he has given so much to South Africa and to the world. -----

As someone said "He lived so much for so many". -----

We remember the long walk he made to freedom and to democracy, and now his place in history will be side by side with other great names in history. -----

Today, by unanimous decision, the Municipal Assembly of Odivelas wishes to express to the family of Nelson Mandela and to the people of South Africa the profound sorrow we feel in this sad occasion and let you know that he will be remembered not only for his struggle against apartheid, but also as the man that has achieved peace in very difficult conditions. -----

We all regret the loss, but at the same time we are grateful to live in such times." -----

"Em Odivelas, Portugal a Assembleia Municipal, toma parte delibera e vota a política local, mas também toma posição em assuntos internacionais relevantes. -----

Agora que Nelson Mandela morreu nós sentimos a falta de um grande homem e assim do um momento triste para todos os habitantes do mundo livre. -----

Sabemos quanto juntos estavam vocês com o pai e a influência que teve nas vossas vidas. -----

Quando algo poderia correr mal ele estava lá. -----

Nas últimas décadas ele deu muito tanto à Africa do Sul como ao mundo. -----

Como alguém disse "Ele viveu tanto para tantos", lembramos a longa caminhada para a liberdade e para a democracia e agora o seu lugar na história ficará lado a lado com os outros grandes nomes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Hoje por decisão unanime a Assembleia Municipal deseja expressar à família do Nelson Mandela e ao povo da África do Sul o profundo desgosto que sentimos neste momento triste e desejamos levar ao vosso conhecimento que ele será sempre lembrado pela sua luta contra o Apartheid, mas também como o homem que conseguiu a paz em condições difíceis-----

Lamentamos todos a sua morte mas ao mesmo tempo estamos gratos por vivermos estes tempos". -----

Pela bancada da CDU, foi apresentado uma **Moção** sobre **"Pela Devolução das Freguesias às Populações"** (documento nº 2) que seguidamente se transcreve; -----

"A extinção de mais de um milhar de Freguesias, com a publicação da Lei 11-A/2013, representa um grave atentado contra o Poder Local Democrático, contra o desenvolvimento local e os interesses das populações. Considerando que ao juntar diferentes territórios, os mais populosos com outros de menor população, em áreas urbanas ou rurais, traduzindo-se em mais atração para os primeiros e mais abandono para os segundos, menos desenvolvimento local, menos serviços públicos, menos coesão social para quem menos tem e pode. -----

Considerando que ao contrário dos "ganhos de eficiência e de escala" que resultariam da libertação de recursos financeiros, o que temos, é um maior corte de verbas do OE prevista para 2014 e a concretização da nova Lei das Finanças Locais, com menos recursos disponíveis e sem possibilidade de dar resposta aos problemas da população. -----

Considerando que qualquer reforma administrativa do território que se pretendesse séria, ao contrário de liquidar centenas de freguesias, deveria criar condições e afetar meios indispensáveis ao exercício das atribuições e competências, que hoje lhes são negados. -----

Considerando que uma verdadeira reforma administrativa será aquela que concretize a regionalização, como determina a Constituição da República, indispensável a um processo de descentralização da administração pública, bem necessária ao desenvolvimento económico regional e à defesa da autonomia municipal. -----

Considerando que a liquidação de centenas de freguesias representa um enorme golpe na democracia, desde logo, com a redução de milhares de eleitos, que assim enfraquecem a representação e a defesa dos interesses das populações que estas autarquias asseguravam. Aumenta a desertificação, o ataque aos serviços públicos e ao emprego de milhares de famílias. Aumenta ainda a instabilidade social. -----

E, considerando que as freguesias de Caneças e Ramada, Famões e Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, também foram extintas e se encontram entre essas muitas centenas de freguesias. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Extraordinária, em 19 de Dezembro de 2013, delibera:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

- 1 – Reafirmar a sua oposição à liquidação de Freguesias, defendendo a cultura e as tradições locais e afirmando que as mesmas devem ser repostas e devolvidas ao povo, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros. -----
- 2 – Até à reposição das nossas freguesias, garantir a preservação da identidade de cada freguesia, a manutenção das atuais instalações, o seu funcionamento e manutenção do seu quadro de pessoal para assegurar o serviço público de proximidade e garantir ainda a sua representação democrática. -----
- 3 – Manifestar o seu repúdio e a sua firme rejeição às medidas tendentes à extinção de Municípios prevista pelo Governo no Guião da Reforma do Estado. Ontem procederam à liquidação das freguesias, amanhã serão os Municípios. -----
- 4 – Exortar a ANAFRE e a ANMP, a não pactuarem com a continuidade deste processo, assumindo uma posição de defesa das Freguesias e Municípios. -----
- 5 – Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas ações, em defesa do Poder Local Democrático.” -----

Pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Pesar sobre “Tributo a Nelson Mandela”** (documento nº 3), que seguidamente se transcreve; -----

“No passado dia 5 de dezembro o mundo assistiu consternado à morte de Nelson Mandela. -----
Apesar de esperada, a morte de Mandela causou uma dor planetária para a qual o mundo não estava ainda preparado. Aliás, como referiu Jonh Legamitiva, “apesar de já estarmos a espera não estávamos prontos para ouvir o anúncio da sua morte, como se todos nos tivéssemos habituado a ideia de que Mandela era imortal, invencível “e, como escreveu a Times, “a morte de Mandela deixa na humanidade um vazio imensurável”. -----

A vida de Mandela funde-se na sua luta pela liberdade, contra a opressão e, sobretudo, contra o racismo. E neste sentido Mandela foi um Homem que entendeu plenamente o seu tempo, que percebeu que o racismo era o muro que o SEC XX haveria de vir a derrubar se a história quisesse continuar na esteira da liberdade e da paz. -----

Um homem, um voto, a regra da democracia, foi a condição que Mandela pôs em Setembro de 1989 a Frederik de Klerk quando negociou a sua liberdade, 26 anos depois de ter sido preso e acusado de terrorismo. Finalmente a 11 de Fevereiro de 1990, Mandela é libertado e inicia as negociações que levariam à queda do apartheid na África do Sul e à ilegalização do racismo. -----

Aos 72 anos de idade este construtor da liberdade votava pela primeira vez!” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Pesar sobre "Sete Jovens da Universidade Lusófona"** (documento nº 4) que seguidamente se transcreve; -----

"Na passada madrugada de domingo, um grupo de 7 jovens com idades entre os 21 e os 25 anos de idade, da Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias de Lisboa, foi surpreendido por um trágico e violento acontecimento, do qual resultou o falecimento do jovem Tiago André Campos, munícipe do concelho de Odivelas. -----

Face a este trágico acontecimento, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em Sessão Ordinária, no dia 19 de dezembro de 2013, delibera enviar um voto de sentidas condolências e profundo pesar aos seus familiares e amigos, bem como à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, expressando, igualmente, a sua solidariedade para com as famílias dos jovens estudantes ainda desaparecidos." -----

Pela bancada da **PS**, foi apresentado um **Voto de Pesar sobre "Nadir Afonso"**(documento nº 5) que seguidamente se transcreve; -----

"No passado dia 11 de dezembro, a cultura nacional ficou mais cinzenta e menos geométrica. -----

Nadir Afonso deixou um forte legado, na pintura contemporânea nacional, onde o Concelho de Odivelas foi presenteado com uma exposição de obras inéditas. -----

Em 2008, o Centro de Exposições de Odivelas, recebeu a Exposição Nadir Afonso: O Futuro Renascimento, que deixou, naquele espaço de arte, uma marca que jamais se apagará. -----

Como o próprio escreveu no catálogo desta exposição (pág. 107), "A obra emana, de uma fonte geométrica, matemática; ela obedece a uma lei quantitativa, exata, constante, mensurável e, contudo ... apenas transmissível ao nível da pura intuição." -----

Amigo pessoal de António Lino, foi também em Odivelas que passou muitas horas em tertúlias, com tantos nome da arte portuguesa, que infelizmente já desapareceram. -----

De um curriculum magnífico e de uma irreverência muito doce, envergou os seus estudos na arquitetura, passando mais tarde para a pintura, onde Paris foi fonte de inspiração ao lado do célebre Le Corbusier. Rumou ao Brasil, mais propriamente a São Paulo onde pode trabalhar com o tão conhecido Óscar Niemayer. -----

E assim foi, cidadão do mundo, sem nunca abdicar do seu país e da sua cidade natal, Chaves, Nadir Afonso foi um amigo do Concelho de Odivelas. Tantas vezes acompanhou os passos que eram dados na cultura daquele centro, participando sempre de forma humilde, mas tão grande e generosa. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

*A Assembleia Municipal de Odivelas não pode deixar de manifestar a sua expressão sentida pela perda deste Homem, que tanto engrandeceu o nosso país, como espalhou a sua obra pelo Mundo. -----
À sua família, a assembleia Municipal de Odivelas apresenta um voto de sentido pesar." -----*

Pela bancada do **BE**, foi apresentado um voto de Pesar sobre **"Nelson Mandela"**, (documento nº 6) que seguidamente se transcreve; -----

"Nelson Mandela foi uma das figuras marcantes do século XX. A atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 1993, ou o reconhecimento da Amnistia Internacional, em 2004, são a expressão do reconhecimento internacional que mereceu todo o seu percurso de vida. A notícia do seu falecimento, no dia 5 de Dezembro de 2013, constitui uma triste notícia para todos os que, no plano da democracia, não abdicam da luta pelos direitos fundamentais. -----

Nelson Mandela foi o primeiro Presidente negro da África do Sul, tendo, entre 1994 e 1999, desempenhado um papel fundamental na reconciliação nacional e social do país. A construção do regime democrático sul-africano é indissociável de décadas de luta contra o regime de segregação racial que perdurou no país durante 46 anos. -----

Nelson Mandela juntou-se ao Congresso Nacional Africano em 1942. Nos anos que seguiram ao Massacre de Sharpsville, desempenhou um papel dirigente na condução da resistência política e armada ao regime do Apartheid. Em 1962, na sequência desta atividade, Nelson Mandela é preso, sob acusação de «prática de atos de terrorismo». Durante os 27 anos da sua prisão, um pouco por todo o mundo se levantaram vozes de solidariedade e apelos para a sua libertação. Neste contexto, em 1987, a Assembleia-Geral das Nações Unidas votou uma resolução de solidariedade com a luta do povo sul-africano, na qual os proponentes incluíam um apelo para a libertação incondicional de Nelson Mandela. A aprovação desta resolução, com 129 votos favoráveis, não evitou que três países rejeitassem a resolução e os apelos desta decorrentes: os Estados Unidos da América, presididos por Ronald Reagan; o Reino Unido, cujos destinos eram chefiados por Margaret Thatcher; e Portugal, cujo Primeiro-Ministro era Aníbal Cavaco Silva. Se necessário fosse, os anos que se seguiram provaram a justeza desta iniciativa. -----

Na hora da morte de Nelson Mandela – como em todo o período da sua vida –, reafirmamos o carácter indissociável da atuação enquanto Chefe de Estado e do seu percurso de resistência ao Apartheid. Perante a violência política e social sobre o seu povo, Mandela teve a ousadia de tomar uma posição incondicional na defesa dos direitos fundamentais." -----

Pela bancada do **BE** foi apresentada uma Moção **"Contra o aumento do preço dos Transportes, "** (documento nº 7) que seguidamente se transcreve; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

Considerando que: -----

1 - Nos últimos anos, o preço dos transportes públicos tem sido sucessivamente agravado, sob o pretexto da falta de viabilidade financeira das empresas de transporte de passageiros; -----

2 - Em simultâneo – e com a mesma justificação –, a oferta de transportes públicos tem vindo a ser reduzida drasticamente. Só em Odivelas, a Rodoviária de Lisboa cortou um conjunto importante de carreiras e horários, o metropolitano reduziu a frequência de passagem dos comboios e a Carris tem um serviço manifestamente insuficiente; -----

3 - Pelas características sociais, demográficas e geográficas do concelho, as cidadãs e os cidadãos que vivem, estudam e trabalham em Odivelas são obrigados a movimentos pendulares frequentes; -----

4 - A inexistência de uma rede de transportes com horários alargados, que responda às necessidades das populações num concelho periférico; -----

5 - Segundo anunciou o Secretário-de-Estado dos Transportes e Comunicações, Sérgio Monteiro, a partir de janeiro o preço dos transportes vai aumentar 1%. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário a 19 de dezembro de 2013, delibera: -----

1. Condenar este aumento do preço dos transportes públicos, que não tem como principal objetivo garantir a saúde financeira das empresas e, menos ainda, os milhares de cidadãos que diariamente necessitam desses serviços; -----

2. Enviar esta moção à Secretaria-de-Estado dos Transportes e Comunicações, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e à comunicação social. -----

Pela bancada da CDU foi apresentado um **Voto de Pesar sobre “De condenado a prisão perpétua a prémio nobel da paz”**(documento nº 8) que seguidamente se transcreve; -----

“Nelson Mandela desde muito cedo se identificou com as aspirações de liberdade e justiça do seu povo, dedicando a sua vida à luta contra o regime explorador e opressor do apartheid na África do Sul. Participou desde 1942 no Congresso Nacional Africano, e foi fundador, em 1944, com Walter Sisulu e Oliver Tambo, da sua Liga Juvenil. Na sequência do massacre de Sharpeville, perpetrado pela polícia sul-africana, e da ilegalização do ANC, em 1960, Nelson Mandela conduziu a luta armada do ANC contra o apartheid. -----

Em 1962, Nelson Mandela foi preso, vindo a ser condenado a prisão perpétua. Em 1985 foi-lhe negada a liberdade condicional por se recusar a renegar a luta armada do seu povo contra o apartheid. Após 28 anos na prisão, em 1990, culminando a heroica luta do povo sul-africano e uma campanha de solidariedade e de exigência da sua libertação desenvolvida ao nível mundial pelas forças progressistas, Nelson Mandela viria a ser libertado, tomando o seu lugar na direção do processo que conduziria ao fim do hediondo regime de



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

apartheid. Em 1991, seria eleito Presidente do ANC, substituindo Oliver Tambo, e em Maio de 1994 foi eleito Presidente da República da África do Sul, tendo exercido esta função até 1999.-----

O falecimento de Nelson Mandela é uma enorme tristeza para todos aqueles que no Mundo consideram a sua vida um elevado exemplo de coragem, de dignidade e de total entrega à causa da Liberdade, da Justiça e do Progresso Social.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão extraordinária em 19 de Dezembro de 2013 delibera expressar o seu mais profundo pesar pelo falecimento de Nelson Mandela e transmite ao povo sul-africano e à sua família as suas mais sentidas condolências perante a dolorosa perda do dirigente histórico da luta do povo sul-africano contra o apartheid e pela conquista da liberdade, democracia e progresso social."-----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade.** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU,** fez um ponto de ordem à mesa, que será transcrito em ata, -----

"Boa noite a todos. Senhor Presidente era um ponto de ordem à mesa. Também a ver como é que nos organizamos. Nós verificamos que foram distribuídos vários documentos neste âmbito, nomeadamente, o Voto de Pesar em relação à morte de Nelson Mandela. Chegou à nossa Bancada informação que, teria sido consensualizado em Conferência de Líderes haver um texto único a apresentar pela Assembleia Municipal e a enviar, depois de aprovado. Posto isto, a CDU não apresentou ainda o seu texto de Voto de Pesar, de acordo com o que ficou consensualizado. Neste momento temos sobre a mesa, um documento de todas as Bancadas, exceto da CDU. Isto não reflete a realidade, que terá sido talvez das primeiras Bancadas a querer apresentar e a retirar-lo, ou não o fazer, exatamente por causa disso, por aquilo que ficou consensualizado. O Ponto de Ordem é: Em que é que estamos?"-----

Antes de V.Exa admitir os documentos distribuídos. Se é para cada um apresentar, queremos apresentar o nosso, para ser distribuído e fotocopiado. Se é para consensualizar um, têm que ser retirados que estão individualizados. Isto é o Ponto de Ordem."-----

Pelas 21h00, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas 21h20 os trabalhos foram retomados. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção, que seguidamente se transcreve; -----

"Há uma situação que detetei que, salvo melhor análise penso não ser recorrente, mas se o for é preocupante e que tem a ver com as deliberações que são transcritas para o Boletim Municipal, que, como sabem é uma espécie de Diário da República dos órgãos municipais. -----

No caso em concreto estou a referir-me ao Boletim nº 23/2013 de dezembro. -----

Na página 40 temos as votações relativas à 2ª sessão extraordinária da assembleia municipal realizada em 21 de novembro de 2013. -----

1 – Recomendação do Bloco de Esquerda relativa ao Plano Diretor Municipal. O último parágrafo deste documento que foi aprovado por unanimidade, diz o seguinte no Boletim Municipal: -----

- A assembleia municipal de Odivelas, em reunião plenária realizada a 21 de novembro de 2013, por proposta do Bloco de Esquerda, recomenda ao executivo da câmara municipal que apresente, uma proposta de Plano Diretor Municipal para o concelho. -----

*Falta aqui a proposta que fizemos e que foi aprovada por unanimidade na qual se recomenda a apresentação do Plano Diretor Municipal **o mais rapidamente possível**. Aliás a proposta inicial do Bloco de Esquerda mencionava um período de quatro meses para apresentar o Plano Diretor Municipal. -----*

*2 – Na página 41 do mesmo Boletim temos uma dúvida e ela prende-se com uma Moção do Bloco de Esquerda relativa à não aplicação do aumento do horário de trabalho que, segundo o Boletim foi – **Rejeitada por unanimidade**. -----*

Como disse aqui não tenho a certeza mas parece um pouco estranho que os proponentes tenham rejeitado a sua própria Moção. -----

3 – Na página 42 do Boletim foi apresentada e votada por unanimidade a criação das Comissões Especializadas Permanente. O que está transcrito no Boletim não corresponde à deliberação que foi aprovada nesta assembleia. O que eu propôs e foi aprovado por unanimidade é que não fosse mencionado especificamente o número de elementos e que o mesmo fosse decidido pela Comissão Permanente. -----

Como deve calcular senhor presidente já me basta o Regimento da Assembleia que é o meu livro de cabeceira e não pretendo de forma alguma estar preocupado com as transcrições das nossas decisões para o Boletim Municipal, que é aquilo que fica para a história. -----

Vamos ter de procurar uma forma de emendar todas estas incorreções que não sendo assim tão importantes nos casos que mencionei podem levar-nos a pensar que poderão ocorrer com outras deliberações." -----

Maria Isabel Coelho, pela bancada do **PS**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, que seguidamente se transcreve; -----

"Antes de votarmos os documentos que temos, e obviamente se encerrar o PAOD, que haverá com certeza mais intervenções, nós gostávamos de compreender agora, esta capa do PSD, colocada aqui um bocadinho a correr, em português, sobre um documento que se encontra em inglês. E gostávamos de compreender o seguinte, não está em causa esta Assembleia pronunciar-se sobre a morte de Nelson Mandela, quanto a isso, estaremos todos com certeza de acordo. Não está em causa votar-se o quer que seja, condolências, votos de pesar, em nome até da própria Assembleia. Também aí estaremos todos de acordo. Mas pode estar em causa duas coisas, uma é que um órgão como este seja confrontado com um texto em inglês. Eu gostava de lembrar ao PSD, e não só, que nós não somos AEC, ou seja, não andamos nas AEC's, ou a tentar aprender inglês, nós somos portugueses, eleitos num órgão deliberativo português. E digo-vos mais, a Constituição também obriga que para além de que não se corte nas pensões dos reformados, obriga também a que os textos oficiais sejam em português. E quando se pretende mostrar que se sabe escrever em inglês, e depois isso ficará um bocadinho para a tradução, deve-se colocar o texto em português e a tradução ao lado em inglês. Não duvidamos que para a família de Nelson Mandela deva ir em inglês, também não vamos exigir que eles saibam português, mas para nós, aqui para votarmos, o texto deve estar em português. Depois, se isto é uma carta de condolências do PSD, não achamos que deva passar pela Assembleia Municipal de Odivelas. Se é uma carta de condolências da Assembleia de Odivelas, mais reforça a posição de que deve ser em português. E portanto, gostaríamos de convidar o PSD a dar-nos a tradução em português, ou melhor, o texto original em português, e depois então, depois de vermos o texto em português, votarmos em consciência. Acreditamos que, o que o texto em inglês diz, devem ser coisas que a gente possa votar. Mas de qualquer modo, queremos ver o texto em original. E já agora em parênteses, Sr. Deputado Luís Salmonete, mesmo que fossemos da geração AEC, não estaríamos habilitados a traduzir, parece que os professores das AEC's, este ano, ainda não receberam, ou não há AEC's para todos, ou, não há AEC's de inglês. E portanto, também estaríamos mal por aí. Se estivéssemos a aguardar as AEC's para lermos este texto. Depois, em relação aos votos de pesar, achamos que vamos acompanhar obviamente o sentido de voto, no sentido que todos lamentarmos a morte de Nelson Mandela. Em relação ao documento número quatro, numerado como número quatro, do PS, também acompanhamos o lamento em relação a sete jovens universitários portugueses, que tiveram o acidente, que tiveram, na praia do Meco. É claro que, nós achamos mesmo, que este é um voto genuíno de pesar, e não lembrarmos aqui a Universidade Lusófona. Depois, em relação ao voto de pesar de Nadir Afonso, com certeza que acompanharemos também, e portanto, a cultura está mais pobre. E, relativamente ao preço dos transportes, com certeza que acompanhamos tudo o que seja de lamentar, que os portugueses tenham cada vez menos rendimentos, e cada vez mais despesas, nomeadamente no preço dos transportes. Aliás, gostaríamos



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

mesmo era de que, quem faz as leis, e os governantes nos ouvissem, e soubessem que, cada vez há menos transporte público, e cada vez ele é mais caro. E, também, com certeza acompanhamos o voto de pesar da CDU, de condenado a prisão perpétua a Prémio Nobel da Paz. Iremos votar estes votos de pesar de Nelson Mandela favoravelmente. E não esquecemos, que Portugal, na altura em que quase todo o mundo dizia que Nelson Mandela era um lutador pela liberdade, e para terminar com o Apartheid, Portugal, através de alguém, que hoje é o mais alto magistrado da Nação, achava que ele era um terrorista. E portanto, neste âmbito, votamos, e votamos muito mais os votos de pesar, lamentamos que Mandela tenha estado três décadas fechado, tratado como terrorista para uns, até mesmo para quem assim o considerou, lamentar a sua morte. E portanto, este será o nosso sentido de voto Sr. Presidente.” -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

“Não pensei que a carta de condolências pela morte de Nelson Mandela, escrita em Inglês desse tanta polémica, até porque tinha avisado que a bancada do PSD iria apresentar a mesma na última reunião de conferência de líderes. -----

É evidente que tenho muito gosto em traduzir para português e também apresentei na mesa uma proposta para ser votada no sentido de ser enviada a carta escrita em Inglês. Penso que com isso a bancada da CDU ficará mais calma e vai entender que é unicamente uma carta de condolências dirigida especialmente à família de Nelson Mandela. -----

Vamos por isso solicitar um intervalo. -----

Relativamente à Moção apresentada pela CDU relativa à extinção de freguesias pensámos que esse assunto já estaria ultrapassado, mas parece que estamos enganados e os senhores voltam à carga com o mesmo tema que para nós está ultrapassado. -----

Como sabem, nesta assembleia aprovámos por duas vezes moções contra a extinção das freguesias e portanto estamos de consciência tranquila. -----

Pensamos que a verdadeira intenção da CDU é manter este assunto vivo e aproveitar a eventual situação de mudança de governo que poderá ocorrer daqui a um ano e meio e também o facto de agora a senhora presidente ser vice-presidente da ANMP para depois voltarem à carga com este tema e lembrarem ao PS as promessas que o seu secretário-geral fez recentemente no sentido da situação das freguesias ser revertida. -----

Só pode ser essa a intenção. -----

A não ser assim, é muito grave que se diga que não são prestados serviço à população pelo facto de haver freguesias que foram agregadas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Os trabalhadores são os mesmos, os locais são os mesmos, o serviço é o mesmo. Ou os senhores não prestam deliberadamente serviço à população sem haver motivo para tal só para puderem culpar o governo? -----

Dizer que há uma diminuição da qualidade do serviço é passar um atestado de incompetência aos atuais presidentes das juntas de freguesia e aos executivos, porque achamos que o serviço que as Juntas de Freguesia prestam à população é meritório e vai continuar.” -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; ---

“Duas questões que queria colocar, e começo por esta do Sr. Deputado Luís Salmonete, eu creio que esta é um tática do PSD, naturalmente, quanto aos freguesias, o facto de em determinada altura termos lutado para que isto não fosse por diante, não quer dizer que a gente não continue a lutar, o taco volte atrás e é o que a gente está aqui a fazer. E mais, o taco voltou guião, da reforma do Estado que também prevê o Municípios agora. Pronto, isso são situações que nós também queremos acautelar já, não é mais tarde. Quando diz que, a população não foi prejudicada com isto, ou quais foram os serviços que não foram feitos na freguesia, há de facto muitas coisas que não vão conseguir ser feitas com esta Lei, com esta fusão das freguesias. Há dificuldade em conseguir levar tudo por diante da mesma forma, porque a proximidade está muito longe da população, está cada vez mais longe. Por outro lado, o Orçamento de Estado retira-nos dinheiro e dá-nos mais responsabilidades, logo, sem ovos não se fazem omeletes. Meu caro amigo é justo e é democrático, lutar por aquilo a que o povo tem direito, e nada mais. É isso que a gente faz, em democracia, é mais que justo, isto. Outra questão que nós queríamos colocar aqui, é pedir de facto uma resposta, pedir não, solicitar uma resposta da Câmara a esta questão que foi aqui coloca das 40 horas. Não há dúvida que há um Regulamento aprovado, e desde já pedimos que seja transcrito para os Srs. Deputados esta questão. O horário continuo, exatamente. Há um Regulamento e depois há uma carta com a concessão do horário continuo a contradizer o que está aprovado. E é isso que queremos esclarecer, então o que é que vale? O que está aprovado? Ou é uma carta interna a alterar aquilo que está aprovado? É este esclarecimento que nós queremos, e solicitamos que seja fotocopiado para os Srs. Deputados.” -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; -----

Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

"Um tem medo de me irritar, o outro, tem medo que eu me esteja a não legitimar, continuando Presidente, não tenham medo disso, a luta não tem limites. A questão que se coloca é esta: Candidatei-me sobre o compromisso de honra, de manter as mesmas condições às duas freguesias e lutar intransigentemente para que tudo volte ao anterior. E quem promete, cumpre, e não há lei nenhuma, só dos burocratas, que possa contrariar a atitude moral de um político que promete e que quer cumprir. O Partido Comunista Português em todo o país prometeu esta posição, e a saber que se vai manter, e quem quiser que vá para tribunal." ---

Pelas 21h50, os trabalhos foram interrompidos. ---

Pelas 22h08 os trabalhos foram retomados. ---

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

"Recebi hoje um e-mail esquisito da parte da Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, que eu queria partilhar convosco. É e-mail da Senhora Presidente, enquanto Presidente do Concelho Municipal da Juventude, que neste novo mandato ainda não foram delegadas funções, que diz uma coisa estranha, que é, esta Assembleia Municipal reunirá, portanto, esta Assembleia Municipal em que nos encontramos, no dia 23, para deliberar sobre a proposta de orçamento e as grandes opções do plano e portanto, não há tempo para reunir o Concelho Municipal da Juventude, para dar um parecer sobre a política de juventude, as grande opções e o orçamento. Eu queria lembrar duas coisas em relação a isto. A primeira dessas coisas é que, em dois anos de Concelho Municipal de Juventude, é o segundo ano em que isto acontece. Segunda coisa é que este parecer não é facultativo, é um parecer obrigatório, não vinculativo, mas obrigatório da parte de Concelho Municipal da Juventude. E portanto, não sei se teremos tempo de chegar a esse 7º Ponto da Ordem de Trabalhos, mas quando discutimos aqui um cartão jovem, ou um jovem cidadão, ou o que quer que seja, completamente desenquadrado daquilo que deveria ser a discussão sobre essa matéria. Convinha discutirmos também, aquilo que é a política integrada da Câmara Municipal de envolvimento dos jovens deste concelho. Eu já nem sequer peço que o órgão em causa, o Concelho Municipal da Juventude reúna com um quórum. Reuniu uma vez com quórum, as outras foram são quórum, já nem sequer peço que a Vereadora que presidia a esse órgão, por deliberação de competências da Presidente da Câmara, conhecesse o Regimento, que fizesse alguma ideia do que podia votar, o que não podia, do que acontecia, o que não acontecia. Já nem sequer peço que as datas sejam cumpridas, uma vez que das sete marcações, a Senhora Vereadora conseguiu falhar em seis. E portanto, já não peço nada disso. Agora, simplesmente cumprir, aquilo que com o voto do PS na Assembleia da República, e a existência do PS na



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Câmara Municipal é uma obrigação, não é um direito, é uma obrigação desse órgão, que é o Concelho Municipal da Juventude. Parece-me que é mínimo que se pode pedir, a quem preside a esse órgão.-----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"A segunda carta pedida pela Senhora Deputada Lúcia Lemos e tem todo o direito, estamos em Portugal, Odivelas. Portanto, o que diz, é basicamente o seguinte: -----

Em Odivelas, Portugal, a Assembleia Municipal toma parte, delibera e vota a política local, mas também toma posição em assuntos internacionais relevantes. -----

Agora que Nelson Mandela morreu, nós sentimos a falta de um grande homem, e assim, este é um momento triste para todos os habitantes do mundo livre. -----

Sabemos quanto juntos estavam vocês com o pai e a influência que teve nas vossas vidas. -----

Quando algo poderia correr mal ele estava lá para vocês. -----

Nas últimas décadas ele deu muito tanto à África do Sul como ao mundo. -----

Como alguém disse "Ele viveu tanto para tantos", lembramos a longa caminhada para a liberdade e para a democracia e agora o seu lugar na história ficará lado a lado com outros grandes nomes. -----

Hoje por decisão unanime (eu aqui cometi um erro, porque não sei qual é a decisão. Mas eu já vinha preparado para dizer isso. E a carta será modificada consoante a deliberação. Se for por maioria, ficará escrito por maioria, não problema nenhum acerca disso, eu reconheço que isso aí está mal.) -----

A Assembleia Municipal deseja expressar à família do Nelson Mandela e ao povo da África do Sul o profundo desgosto que sentimos neste momento triste e desejamos levar ao vosso conhecimento que ele será sempre lembrado pela sua luta contra o Apartheid, mas também como o homem que conseguiu a paz em condições difíceis -----

Lamentamos todos a sua morte mas ao mesmo tempo estamos gratos por vivermos estes tempos. (Estes tempos. Os tempos dele.) -----

Eu aqui cometi um erro, um erro em inglês. Numa carta de condolências, não se deve mencionar a morte, o termo "death". Portanto, nós também vamos passar e transferir este nome para uma perda em si. A morte não deve ser explicitamente mencionada em inglês numa carta de condolências. Portanto, aqui está a tradução da nossa proposta, para ser aprovada. Agora, se for por unanimidade, é aprovado. Se não for por unanimidade, eu modificarei a carta em inglês, porei por maioria, ou se for rejeitada, bem, essa questão nem sequer se coloca" -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Pedido de esclarecimento ao proponente desta carta de condolências Senhor Presidente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Quando o senhor Deputado Luís Salmonete falou aqui, no [...] quinto parágrafo, diz que, durante as décadas passadas, estou eu agora a traduzir aqui do seu texto, ele deu à África do Sul e ao mundo, acho que se esqueceu do muito. Falta o "so much"? Ele deu muito. Não é?. Como leu aqui e disse no seu português, na tradução, veja lá. Nós somos da opinião de que, deve ir o português com o inglês. Depois, ainda independentemente do sentido de voto que a Bancada da CDU terá sobre isto, eu não sei se equacionam a hipótese de ver aqui esta última frase, porque, da maneira como isto está: lamentamos a morte dele mas, estamos felizes por viver estes tempos. Parece contraditório. Não há felicidade mesmo quando se lamenta a morte, é os tempos dele, mas é de ter acompanhado a história, ou qualquer coisa do género." -----

Luís Salmonete. Pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Pedido de esclarecimento. Quando se diz que: We are gratefull to live in such times. Quer dizer que são os tempos dele, efetivamente. Mas se não gostam desse termo, poderei usar, mas não encontro outra palavra, para definir em inglês aquilo que se diz. Porque, ele morreu, nos estamos a falar num período da vida dele, aquilo que ele deu e a grande caminhada que ele fez. E quando nós dizemos que estamos gratos por viver em tais tempos, estamos a referir-nos ao tempo dele. Mas não confunda isso com o Governo, e com a Troika e essa coisas" -----

A Moção Nº 2 ", foi colocada à votação tendo sido aprovada por. **Maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, abstenção do PS e PSD e com os votos contra do CDS** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Edgar Valles** da bancada do **PS**, foi apresentada uma declaração de voto; -----

"A bancada do PS, abstêm-se na votação da moção denominada "Pela Devolução das Freguesias às Populações", apresentada pela CDU, pelas seguintes razões: -----

- a) O PS esteve na linha da frente da luta pela revogação do diploma que instituiu a fusão das freguesias; ---*
- b) Não foi possível fazer reverter o processo, tendo sido realizadas no dia 29 de Setembro eleições autárquicas para os órgãos das autarquias, de acordo com o novo mapa, ficando os autarcas eleitos com plena legitimidade para o exercício de funções da União de Freguesias. -----*
- c) O PS considera que é imperiosa uma verdadeira reforma administrativa que seja feita com base em critérios lógicos e racionais, centrado, assim o seu combate nessa futura reforma apenas possível quando a governação do país estiver no rumo certo."* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

O Voto de Pesar Documento nº 3, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** -----

O Voto de Pesar Documento nº 4 aprovado foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** -----

O Voto de Pesar Documento nº 5, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** -----

O Voto de Pesar Documento nº 6, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do PS; PSD; BE e CDU e com os votos contra do CDS -----

A **Moção Nº 7**, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e BE e a abstenção do PSD e voto contra do CDS -----

O Voto de Pesar, Documento nº 8, foi colocado à votação tendo sido **aprovado por unanimidade** -----

O Voto de Pesar, Documento nº 1 foi colocado à votação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Joaquim Campos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

*“É um esclarecimento ao Senhor Vice-Presidente. -----
É muito simples, a pior coisa que se pode fazer aos trabalhadores, é deixa-los na confusão, nomeadamente no estado em que se encontra o país, os funcionários públicos parece que são os culpados de tudo. Eu não quero acreditar que a Câmara de Odivelas crie condições para que a confusão aumente mais, do que aumenta a nível nacional. O que está aqui em causa, e que para o qual, se pedia uma resposta e se necessariamente, por escrito melhor, é que, passado oito a dez dias depois de ter sido aprovado o Regulamento de Funcionamento do Período de Atendimento e Horário de Trabalho na Câmara Municipal de Odivelas, em novembro, creio que dia 20 de novembro, é distribuído pelas Chefias Departamentais uma*



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

carta, com data de 3 de dezembro de 2014, que contradiz tudo, legalmente tudo o que é estipulado por Lei, e pelo próprio Regulamento da Câmara, relativamente à Jornada Continua. É simplesmente responder ao que está aqui em jogo. O que é que está certo? É o Regulamento aprovado em Câmara Municipal? Ou é decisões arbitrárias das Chefias Departamentais? Por isso, os dois documentos estão aí". -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"Em primeiro lugar notar só, que não houve nenhuma resposta, nem comentário, em relação à situação do Concelho Municipal da Juventude, não sei se o Vereador se terá esquecido, ou se pura e simplesmente não querará comentar. Se quiser comentar, acho que a Assembleia ficaria mais rica com esse comentário, se não quiser, creio que o silêncio valerá por si. Mas, pedi a palavra para perguntar à Mesa da Assembleia Municipal, se tem conhecimento de que dois meses depois do início do mandato, a Câmara Municipal já não cumpre os prazos de resposta a requerimentos." -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O que eu disse foi que, a Câmara Municipal pela segunda vez, em dois anos, não cumpriu uma das suas obrigações, que é ter um parecer do Concelho Municipal da Juventude, favorável, ou desfavorável, obrigatório, não vinculativo, em relação à política de juventude, às grandes opções do plano e ao orçamento de juventude. E a minha pergunta é: - Deve haver alguma boa razão para que, pelo segundo ano consecutivo isso não acontecer. E já agora, acrescento uma outra pergunta, que tinha feito indiretamente há bocado, que é: - Porque é que a Câmara Municipal, na figura da Senhora Presidente da Câmara Municipal, ou da Vereadora em quem delega competências, conseguiu falhar seis das sete datas que acordou com os conselheiros." -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve; -----

"O ponto de ordem tem a ver exatamente com a condução dos trabalhos senhora Deputada Susana, e com a distribuição dos tempos. Eu gostava de recordar que vim aqui pedir um ponto de ordem, para pedir esclarecimentos sobre os documentos que íamos votar. Primeiro, em relação à questão do inglês, e dos



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

textos, a maneira como estavam, alguns erros, alguns aperfeiçoamentos se quiserem dos documentos. E frisei que era um ponto de ordem, agora vejo-me confrontada com a simples situação, tenho aqui 2 minutos que preciso para ler uma declaração política e o senhor Presidente diz-me que eu não tenho tempo para ter o piu. E portanto, o que eu gostava era que, se me diz que eu gastei 4 minutos para além do ponto de ordem, reduza os 4 a 2 para ponto de ordem e os outros ficam por conta do meu saldo. Posso ter 2 minutos senhor Presidente?" -----

"Tenho 1 minuto e meio e tenho que acelerar, esta é a maratona da declaração política, a prova da (so)cratinisse". Uma vez mais os professores, postos à prova, passaram no exame. Dividir para reinar foi a política de uma ministra, melhor: de uma sinistra, da educação de má memória no reinado do PS. Dividiu os professores em titulares e não titulares. A divisão era feita com base numa avaliação e em quotas iníquas. Tentou criar professores de primeira e de segunda. Foi obrigada a recuar. Deixou de haver professores titulares...há professores, ponto.-----

Agora, o atual ministro da educação levou mais de 2 anos para repescar o que a tal sinistra tinha legislado e voltar a dividir os professores. Os do quadro e os contratados, querendo fazer crer que os contratados são professor de segunda. A maioria deles com vários anos de serviço, em alguns casos mais de 20 anos. A maioria deles com habilitações académicas e profissionais superiores aos professores do quadro. Todos eles avaliados anualmente nas escolas onde lecionam. Também o atual ministro foi obrigado a recuar, mas insistindo numa prova indigna, subdividiu os professores contratados em função dos anos de serviço, com a fasquia dos 5 anos. -----

O que o ministro Crato fez foi reconhecer que o ministério da educação andou durante 5 anos a pagar vencimentos a professores que agora pretende declarar incompetentes para o exercício da função. Mais, reconhece que os cursos e instituições de ensino superior que formaram portugueses especificamente para serem professores são instituições incompetentes na sua função. Mais, criou uma situação caricata: o Estado português gastou dinheiros públicos a formar professores e não aceita, à posterior, a sua habilitação académica e profissional. Habilitação que poderá ser reconhecida até noutros países. Pelos vistos vivemos num Estado rico, que pode dar-se ao luxo de desperdiçar recursos, formando pessoas para as descartar. --- Já no tempo da tal sinistra de má memória, a da socretinice, o argumento para dividir os professores era o da qualidade da escola pública, bem sabendo todos nós que o objetivo sempre foi o de reduzir custos e sobretudo transferir a área de negócios que é a educação para o setor privado. Esse argumento é novamente utilizado para justificar esta prova indigna. -----

Indigna pelos seus objetivos inconfessados: despedir professores e fazer da escola pública a escola mínima. -----

Felizmente os professores superaram a prova: fizeram o boicote e o cerco à prova e mais de dois terços dos inscritos não a realizaram. Unidos, os professores mostraram que não há professores de primeira e de segunda. Há professores, ponto! -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O ministro Crato tem de voltar à escola e aprender que quando se quer dividir de forma indigna o resultado é a soma de esforços daqueles que defendem uma escola pública de qualidade e para todos. Volte à escola, Sr. Ministro, os professores estão prontos para lhe ensinar a equação da escola pública e mostrar como as suas contas saíram furadas. -----

Acordai, pois! Se a escola é o espelho da sociedade é nela que temos de travar que esta peste neoliberal se alastre e apodreça a sociedade portuguesa. Não queremos, nem devemos permitir, que Portugal recue mais de 40 anos, onde apenas alguns, os privilegiados, iam à escola. -----

Temos todos que impedir que a escola em Portugal seja o (re)editar do apartheid, dividindo-nos em portugueses de primeira e de segunda, mesmo os que são professores. -----

Senhor Presidente queria requerer, já que não tive tempo, que pudesse distribuir por todos este texto.” -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia**, propôs ao plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições do público. -----

Após este período, o **Senhor Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada. -----

Ponto 1 - Proposta de Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

Presente para deliberação, a “Proposta de Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com a informação nº Interno/2013/9743 de 2013.10.28, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 6.11.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para apresentação do referido ponto. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração voto. ---

Edgar Valles, pela bancada do PS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"A eleita Lúcia Lemos fala em blá, blá, blá, imaginem o que seria este blá, blá, blá, se todos os investimentos do Executivo Municipal superiores a 100.000 euros, tivessem que vir à Assembleia Municipal. São 22h50m, esta Assembleia estava marcada para 20h00m, já passaram cerca de 3h, isto não seria uma Assembleia Municipal, seria uma maratona diária. Se todos os compromissos viessem a esta Assembleia, seria uma maratona diária. É evidente que poderia traduzir-se em senhas de presença avultadas, não sei se é isso que queriam. Mas uma coisa é certa, em todos os municípios do país é perfeitamente vulgar e habitual, haver este tipo de autorizações. Porquê? Porque o Executivo, a Câmara, tem por função governar, e uma Câmara com a dimensão de Odivelas, ou com a dimensão de Loures, necessita de ter operacionalidade. E a fiscalização é efetuada através da apresentação da listagem dos compromissos assumidos. Eu gostava que esta aparente coerência da CDU existisse também nos municípios em que são poder. Era bom que existisse." -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"É evidente que conhecemos os argumentos mas continuamos a não estar muito confortáveis em dar carta branca para determinadas decisões que não passarão por nós. É claro que esperamos que o executivo utilize este instrumento com parcimónia e dê conhecimento à Assembleia Municipal, o que tem feito na informação que vem às reuniões ordinárias. No entanto gostaríamos que fossem dadas instruções no sentido de se saber exatamente a quem é dirigido, por exemplo na Aquisição de Prestação de Serviço na modalidade de avença deverá constar o nome ou a firma com o qual é feito este contrato. É o pedido e a recomendação que deixamos." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Senhor Presidente, usando os meus 3 minutos, e qualquer coisa, eu gostava só de clarificar o Sr. Membro da Assembleia, e Eleito, Edgar Valles, que não está sequer a querer insinuar, ou a afirmar por vias travessas, que quando a CDU quer debater verdadeiramente a política municipal o que está é a fazer-se às senhas. Não lhe permitimos nem achamos que possa tirar essa relação, porque aqui neste caso em concreto, das duas uma, ou a Câmara vai fazer muitos contratos ao abrigo desta autorização genérica, e convém saber-se, faz-se umas continhas, 100.000 euros a dividir por três anos, e depois a dividir por doze meses. A Câmara pode contratar sem dar cavaco. Desculpem, sem nos informar, até 2.700 euros por mês, seja em avença, seja através de qualquer coisa dita de interesse público, para depois passar para ser uma avença. Coisa assim para justificar as contratações que lhe interessam. E portanto, até 2.700 euros por mês a Assembleia Municipal vê-os passar, quando passarem por aqui com o fato consumado. Qualquer coisa como, não sei se lhe diz assim qualquer coisa "jobs for the boys". Conhece a expressão? O Salmonete é que é especialista em inglês, mas eu traduzo-lhe depois. Ora bem, e portanto, não sei se a sua preocupação é a de trabalharmos, nós gostamos de trabalhar. O problema muitas vezes, até nos municípios da esquerda, ou geridos pelo Partido Comunista, que é a vossa preocupação, eles são bons é para trabalhar mesmo, gostamos de trabalhar. Não temos problemas se for preciso trabalhar. Não nos move qualquer interesse de nos agarrarmos ao orçamento público com as senhas. Achamos que não se devem passar cheques em branco, somos aqui responsáveis, eleitos pelos munícipes de Odivelas e, se os contratos forem muitos devem cá vir, e se forem poucos, mais uma razão para virem cá. Porque se são assim tão poucos, não vão haver tantas maratonas. Portanto, das duas uma, ou são muitos e devem ser fiscalizados, ou são pouco e não há nenhuma maratona, vêm cá de vez em quando alguns. Portanto meus Srs., não tentemos desvirtuar a discussão. É assim, quem votar isto, autoriza que a Câmara gaste até 2.700 euros. Olhe, diz aqui, que seja a realização de, designadamente para a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação venda ou compra de prestações com encargos. Certo? E portanto, aqui engloba-se tudo. Os Srs. ou passam cheques em branco ou, não passam. Olhe, eu não passo. Venho aqui mando na minha vida, quero saber para onde vai e mais ainda como se gerem dinheiros públicos. Mais ainda quando se gerem dinheiros públicos, temos responsabilidade perante eles, devemos exigir a fiscalização prévia e não passar cheques em branco, razão pela qual, Sr. Deputado não devemos ir por aí. Não vamos por aí" -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor da bancada do PS, PSD, com os votos contra da CDU e do BE e do CDS -----

Pelo Membro da Assembleia, **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU** foi apresentada uma declaração de voto, que seguidamente se transcreve; -----

"Vivemos num tempo em que muito se defende o combate a literacia financeira e pretende promover a cidadania. Palavras, proferidas para embelezar discursos e textos. Também se diz que a democracia deve ser participativa, que os órgãos deliberativos e, em concreto os municipais, têm um papel muito importante na concretização dessa cidadania e da democracia participativa. É caso para dizer, blá. blá. Blá, pois esta proposta que nos é apresentada, e que já foi aprovada pela maioria PS/PSD Câmara, é a negação de todos esses discursos e palavras bonitas. -----

Na verdade, esta proposta não dignifica quem a apresenta nem quem a aprova. Trata-se de querer que esta Assembleia, onde estão representados os munícipes do nosso concelho, se autolimite negando o seu papel principal: o de fiscalização da ação da Câmara. Esta proposta traduz um princípio que deveria merecer por parte de todos nós, que aqui estamos por eleição direta dos munícipes, uma rejeição liminar. -----

A ser aprovada, esta proposta parece materializar a desnecessidade deste órgão, pelo menos no que respeita aos compromissos financeiros plurianuais que não excedam 100 mil euros. Ocorre-me perguntar aos membros desta Assembleia que, eventualmente, pretendam votar favoravelmente esta proposta, o que fazeis aqui? -----

Não é a primeira vez e oxalá fosse a última que uma proposta deste teor vem a esta Assembleia. Também não é a primeira vez, nem será a última, que a CDU se insurge contra esta política de contradição constante entre os discursos e a prática. Enquanto se fala com palavras bonitas em nome da democracia, centraliza-se na Câmara e sobretudo na sua presidente, a tomada de decisões importantes para a vida de todos os munícipes. -----

Não é a primeira vez, nem será a última, que a CDU considera que é errada a opção política de retirar à Assembleia Municipal a competência legal de fiscalizar os compromissos financeiros que a Câmara assume. -----

O que aqui se fará hoje, a ser aprovada a proposta, é que cada um dos senhores membros desta Assembleia está a passar um "cheque em branco" e a abdicar da sua ação fiscalizadora em relação aos compromissos financeiros que a Câmara venha a assumir até 100 mil euros, mas não ficará desresponsabilizado pessoalmente em relação à emissão deste "cheque em branco". -----

Restar-vos-á a consolação de nos ser remetida a informação sobre os compromissos já assumidos? Ou seja o conhecimento do facto consumado? Achamos que é pouco e é politicamente errado. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Defender os interesses dos munícipes é cumprir a nossa obrigação. Não é passar "cheques em branco", desonerando a Câmara de trazer à aprovação desta Assembleia os compromissos financeiros que pretenda concretizar."-----

Esta Assembleia deve apreciar, discutir e deliberar sobre propostas em concreto. Não deve autolimitar-se a uma autorização genérica e, por isso, oca de conteúdo.-----

Discordamos e atuaremos em conformidade. Queremos a dignificação da Assembleia Municipal de Odivelas e não abdicamos de exercer as nossas funções de fiscalização. Quando encaramos todos os munícipes fazemo-lo com confiança, olhos nos olhos, e, com verdade, lhe dizemos que nos batemos por defender os seus interesses, também nesta Assembleia Municipal. Não passamos cheques em branco. Não deixamos que os outros decidam, e nós, tenhamos previamente aceite o que não sabemos o que vão decidir. Razão mais do que sobejam para votarmos contra."-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.^a Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Ponto 2 - Designação de Representante no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde Loures – Odivelas.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto-----

Não se registando nenhuma intervenção o Sr. Presidente da Assembleia, passou de imediato à votação por escrutínio secreto, tendo obtido os seguintes votos:-----

18 votos favoráveis-----

9 – nulos-----

8– brancos-----

Tendo sido designado o Sr. Deputado Municipal **António Monteiro de Sousa** pela bancada da CDU-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.^a Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

Ponto 3 - Proc. 47251/RC - Salomé dos Santos Marta e Outros - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/2009 do Bairro Novo de Santo Eloy - Freguesia da Pontinha - Lotes 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 e 50 ---

Presente para deliberação, o "Proc. 47251/RC - Salomé dos Santos Marta e Outros - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/2009 do Bairro Novo de Santo Eloy - Freguesia da Pontinha - Lotes 1, 2, 3, 4, 6, 11, 17, 18, 19, 20 e 50. de acordo com a informação nº Interno/2013/47251 de 2013.10.29, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 1ª Reunião Ordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 6.11.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião -----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto -----

No âmbito da discussão do ponto não se registaram intervenções. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS e PSD e com a abstenção da bancada do CDS** ---

Ponto 4 - Proc. 4690/RC – Manuel Augusto Morais – Proposta de Aplicação de Condições para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 7/92 – Bairro Moinho do Baeta – União das Freguesias da Ramada e Caneças – Lotes 2, 17, 28, 29, 30, 32, 38, 42, 135, 136, 147, 170 e 185. -----

Presente para deliberação, o "Proc. 4690/RC – Manuel Augusto Morais – Proposta de Aplicação de Condições para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 7/92 – Bairro Moinho do Baeta – União das Freguesias da Ramada e Caneças – Lotes 2, 17, 28, 29, 30, 32, 38, 42, 135, 136, 147, 170 e 185, . de acordo com a informação nº Interno/2013/4690 de 2013.10.29, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Ordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20.11.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
S
R

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto

No âmbito da discussão do ponto não se registaram intervenções.

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS e PSD e com a abstenção da bancada do CDS**

Ponto 5 - Proc. 47685/RC – Elias Moita Rosa Mota - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003 – Bairro Vale Pequeno – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Lotes 345 e 346.

Presente para deliberação, o "Proc. 47685/RC – Elias Moita Rosa Mota - Proposta de Aplicação de Condições Especiais para o Pagamento das Taxas devidas pela Emissão do Aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2003 – Bairro Vale Pequeno – União das Freguesias de Pontinha e Famões – Lotes 345 e 346. Proposta de Autorização Genérica para a Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal de Odivelas. de acordo com a informação nº Interno/2013/47685 de 2013.11.05, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Ordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20.11.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto

No âmbito da discussão do ponto não se registaram intervenções.



Assembleia Municipal de Odivelas

P
O
D

O Senhor Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS e PSD e com a abstenção da bancada do CDS** ---

Ponto 6 - Proposta sobre os Seguros de Acidentes Pessoais – Executivo Juntas de Freguesia. -----

Presente para deliberação, a "Proposta sobre os Seguros de Acidentes Pessoais – Executivo Juntas de Freguesia de acordo com a informação nº Interno/2013/10194 de 2013.11.12, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 3ª Reunião Extraordinária do quadriénio 2013/2017, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27.11.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Vice-Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto -----

No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Meus senhores, a história faz-se do que é bom e do que é mau, não é desde que existe este concelho que há seguro, há mais de cerca de vinte oito a trinta anos. Aconteceu que um Presidente de Junta morreu em serviço em Lisboa, de mota, se não fosse a Câmara o ter seguro, era Presidente o Sevelhano Falcão, que era o Roxo, a família ficava na miséria. E a partir daí, a Câmara sempre assumiu, a Câmara de Loures e esta Câmara, para que não houvesse riscos para quem serve a população, tivesse o seguro. E quero dizer-lhes senhores, todos que estão presentes, que a queda violenta, com o violento corte que as Juntas tiveram, estou convencido que algumas são capazes de não ter dinheiro para fazer esse seguro. Estou convencido. Porque se uma freguesia como a minha leva uma bordoadada de 12%. Sabe o que isto quer dizer, em português, em dinheiro? E não é só aí, e do Estado leva outra. Quando perguntaram há bocado, aqui, o senhor que se diz autarca, e é, seguramente no terreno andou pouco, ou andou noutra sítio. Mas não foi Presidente de Junta, era bom que fosse, era bom que todos se reconvertessem de vez em quando, e fossem como voluntários ao terreno, percebiam que o lugar do Presidente da Junta e de todos os trabalham junto da população, correm riscos, que em nenhum dos Gabinetes desta Câmara onde eu estive,



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

correm. E o que acontece é que eles não tiveram votos diferentes dos outros, os votos foram os mesmos, as vontades políticas foram as mesmas, depois no entanto na concretização dos trabalhos, nos objetivos, a vida é totalmente diferente. Eu tenho gosto em vive-la e é bom que de vez em quando a gente se converta do taylorismo. Quero dizer-vos que numa parte da freguesia nós tínhamos um seguro, baratinho, para cobrir os dezoito autarcas, da altura, não era só o Presidente, pagavam pouco, pagavam sessenta e poucos euros, não cobria praticamente nada, cobria o imediato. Mas já outra não tinha nenhum seguro. Uma Câmara que gere milhões, que paga 130.000 euros por mês a uma PPP, Parceria Pública ou Privada, por causa de 3.000 euros, não faz o seguro para os Executivos da Junta. Quero dizer-vos o seguinte: - Não sou eu que estou em jogo, e não me importa disso, porque pessoalmente não me importa disso. Importa-me os outros, que estão ali a fazer um trabalho muito difícil. E por causa de 3.000 euros, por uma questão pura e simplesmente ridícula de 3.000 euros, deixa de fazer os seguros de quatro freguesias. De quatro freguesias. Vejam lá, vou-vos dizer uma coisa, não quero saber como vão votar aquilo, mas aquele que se lembrou disto, fez um grande trabalho técnico, e quem decidiu, não morra de maneira nenhuma, fica na história. Por 3.000 e tal euros, podem ter a certeza, que podem algumas famílias ficar sem qualquer proteção, por o difícil trabalho que eles têm. Já houve nas Freguesias eleitos que estiveram em perigo de vida, que foram ameaçados e até agredidos, pôs-se em perigo de vida e nunca ninguém se preocupou com isso. Preocupam-se com 4.000 ou 3.000 mil euros, isto é uma vergonha, desculpem lá. E quero dizer já agora que esta questão, se não se importam, que me deram há bocado a explicação, mas isto cruza-se mais com isto, não são os quatro que vêm aqui, ou aqueles que lá estão, e que andam com dificuldades connosco em qualquer canto, a qualquer hora da noite, eu e os outros temos que ter os quatro-olhos ligados de noite e de dia, porque somos obrigados a estar lá na Proteção Civil. Quando se deu o acidente que morreram seis pessoas, quem é que apareceu lá? Foi o Presidente da Câmara ou o Presidente da Junta? Quem é que deu o corpo ao manifesto? Quem é que estava no meio do terreno? Isto, é uma vergonha. Se isto é democracia, eu vou e venho e já não existo. Só números, as pessoas não contam, como dizia há dias, parece que era o Bagão Felix. Não tem nada a ver com a minha ideologia política, mas tem a ver com o pensamento. Dizia: - Acabou o homem e prevalecem os números. Isto é o fim da sociedade solidária." -----

Edgar Valles pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Ilídio Ferreira, isto é uma demagogia completa e eu vou explicar porquê. É que município e freguesia são pessoas coletivas distintas e cada uma deve arcar com as suas despesas. É elementar. A Câmara suporta as despesas relativas neste caso aos titulares dos seus órgãos, que são os vereadores e a Assembleia Municipal e a autarquia suporta as despesas do Presidente de Junta do Executivo e dos membros da Assembleia de Freguesia. É evidente que o Presidente de Junta se for membros da Assembleia Municipal



Assembleia Municipal de Odivelas

P
D.

beneficia desse seguro, não por ser Presidente de Junta, sendo membro da Assembleia Municipal por inerência, beneficia do seguro não por ser Presidente de Junta, mas pela qualidade de membro da Assembleia Municipal. Estar a querer a sombra protetora da Câmara para cobrir as despesas da Junta, é partir do princípio que não são pessoas coletivas distintas.” -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ---

“Senhor representante Edgar Valles, permita-me que também faça um bocado de demagogia agora, à minha maneira. Então, explique-me lá, quando um presidente for substituído, quem é que o representa aqui? E com que seguro é que vem cá? Explique-me lá essa. Depois, creio que o que disse o Ilídio tem toda a razão de ser. Mais ainda, as Juntas de Freguesia também fazem uma coisa que nós vamos aprovar brevemente, que é Protocolo de Execução de Tarefas que é aquilo que a gente chamava de Delegação de Competências, também são no fundo tarefas delegadas, mas estamos a trabalhar para o Município. E como disse o Ilídio também, há aqui outra componente ainda, é que as freguesias nem têm dinheiro para fazer a obra, quanto mais para pagar determinadas coisas. E naturalmente são capaz de fugir aos encargos pondo em risco os seus eleitos. E isto não é digno. Para a Câmara isto são tostões. É evidente que o senhor tem razão quando diz que são órgãos distintos, até aí estamos de acordo, mas o que se dizia aqui é que há uma certa indignidade neste trabalho e nesta competência. Porque a indignidade se era indigna, já vem de muito longe então. Porque que é que era indigno ontem e hoje passa a ser digno. Já agora Sr. Presidente, eu queria em nome da CDU pedir uma cópia do contrato de seguro, do protocolo de seguros, para conferirmos.” -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Nós vimos aqui falar palavras muito fortes, indignidade, falta de honra e tudo. Bem, o.k., nós estamos aqui num órgão político e penso que aguentamos com essas expressões. Agora, isso também é dirigido aos Srs. Vereadores da CDU que tiveram na Reunião de Câmara, porque isto foi deliberado por unanimidade. Então, vamos lá a ver, em primeiro lugar houve uma deliberação em Reunião de Câmara, na qual a CDU participou e votou pelo não pagamento, e estamos aqui hoje, de facto e muito bem a ouvir o Sr. Presidente a falar em indignidades das decisões que foram tomadas, mas isso, atenção, isso atinge também a CDU na origem.” --



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Presidente da União de Freguesias **Ramada Caneças, Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Retiro a palavra indignidade, acho que é justo. Mas, cobro isto de dizer que é demagogia. E o Sr. representante, já que não gosta que lhe chame deputado, eu também não gosto. Portanto, se perguntarem se quero ser chamado de representante ou de Presidente de Junta, prefiro que me chamem de representante. Quero dizer-lhe uma coisa, o Sr. Edgar Valles, o Sr. representante, hoje, já por duas vezes, provocou-me uma reação que não é boa, porque eu considerava-o noutra patamar, sinalizo que não suporta que esteja em discordância com ele. Ele não está num tribunal em que pode dizer um conjunto de coisas, ele está num local político, num órgão de fiscalização, que é o órgão máximo do concelho. E há um dia que devia ser solidário comigo, não politicamente, mas na dignificação deste órgão e ele inverteu, mas isso é um problema dele. Já nos conhecemos há muito, e é bom que nos conheçamos cada vez melhor, para perceber a questão que se coloca. Eu volto a dizer o seguinte, eu não estou a defender-me, eu volto a dizer que tenho condições, eu estou seguro, mas não é isso que está em jogo. O que está em jogo é a quantidade de eleitos que estão nas freguesias, que não é só o Presidente, nem são só os Vogais. Posso dizer-lhe que na Ramada havia um seguro para dezoito, pagava 64 euros, mas tinha seguro. Tinha seguro para emergências, tinha seguro, mas pagava só 64€, claro que 64€ pode pagar, mas não é seguro nenhum. Quando se coloca quem é autónomo, bem, eu vou-vos dizer isto, não posso utilizar o mesmo método que ele utilizou, porque senão eu utilizava-o, basta ler os livros que ele escreveu sobre poder local. Já se esqueceu que considera as juntas são entidades democráticas do poder local complementar e quando se é complementar, a autonomia está interligada, as funções estão interligadas, não é por acaso que Câmara escolhe as freguesias para fazer com elas acordos e delegações de protocolo. E que, chega-se a certa altura em que não se sabe qual é a fronteira em que a função é da junta, ou função é da Câmara. E não é fácil saber quando se está a funcionar, eu vou esperar. Não é fácil. E uma Companhia de Seguros foge com facilidade quando nós temos funções de Câmara, isto está acontecer nos tribunais, quando os processos vão lá com as coimas, há uma grande dificuldade de separar quando é função de Junta ou função de Câmara. Portanto, eu volto a dizer que, foi uma má decisão. É uma má decisão. Prefiro assim para não dizer outra coisa. É uma má decisão. E quem faça só um balanço, todos nós fazemos um balanço, aquilo que a Câmara gasta. E se isto era mau gasto. É só que eu coloco. E volto a dizer: são quatro freguesias em que vão ficar, podem fazer os seguros que quiserem, se eu for oficiado para fazer um trabalho que for da Câmara, se for da Câmara por delegação, garanto-vos que o seguro não me paga nada, se o seguro for pela Junta. Garanto-vos que não paga nada, a mim ou a qualquer outro vogal que esteja na Junta. -----"



Assembleia Municipal de Odivelas

Susana Santos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Boa noite Senhor presidente da Assembleia, Mesa, Eleitos da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, público aqui presente e funcionários de apoio. Sr. Presidente Ilídio Ferreira, não podemos querer, os Srs. Presidentes de Junta não podem querer sol na eira e chuva no nabal, não podem estar a reclamar e legitimamente, a independência entre órgãos e depois querer que seja a Câmara Municipal a assumir obrigações que são das Juntas de Freguesia. Portanto, a bancada do PS não pode acreditar que os Srs. Presidentes de Junta não vão assumir as obrigações que são das próprias Juntas de Freguesia e das próprias freguesias, que é ter um seguro para os seus eleitos. Portanto, não vamos acreditar que a União de Freguesias Ramada e Caneças não tenha seguro para os seus eleitos quer na Junta de Freguesia, quer na Assembleia de Freguesia. E aqui, aquilo que vimos ao acusar a bancada do PS, e ao acusar o Sr. Deputado Edgar Valles de que não gosta de ouvir a opinião dos outros, pelos vistos, a bancada da CDU é que não gosta de ouvir a opinião dos outros e que se sente muito escandalizada e se sente muito ofendida, quando a opinião é contrária. Portanto, neste caso nós não nos sentimos ofendidos, vocês têm a vossa opinião, nós temos a nossa. Na nossa opinião não é legítimo a Câmara Municipal estar a assumir as obrigações que são da Juntas de Freguesia, e por isso, vamos votar favoravelmente este ponto."-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, apresentou uma proposta para a retirada do ponto, que seguidamente se transcreve: -----

"Senhor Membros desta Assembleia, primeiro, gostava de dizer ao senhor Presidente que isto é um ponto de ordem em relação aos trabalhos. O ponto 6, do modo como veio enunciado induz em erro. Isto é um ponto de ordem, não é para descontar no meu tempo, se fazem o favor. Ou seja, no Ponto 6, eu própria quando li a Ordem de Trabalhos pensei é que iam fazer um seguro para as Juntas de Freguesia. Vejam só: Proposta sobre os seguros de acidentes pessoais, executivo das Juntas de Freguesia. Parecia que era para fazer um seguro, afinal, quando comecei a ler os documentos vi que era exatamente o contrário, era retirar. Portanto, este é o Ponto de Ordem Sr. Presidente, ao enunciar os pontos convinha que fossem clarificadores. Se calhar, levávamos menos tempo a descobrir depois o que é que vem nos documentos. É para retirar o seguro, 1.º ponto. Agora sim, é o meu debate da intervenção sobre este ponto. Em relação ao ponto em concreto, eu gostava de perguntar ao Sr. Vice-Presidente se os 3.400€ euros que referenciou para esta Apólice, que está em jogo, que é a Apólice n.º qualquer coisa na Açoriana Seguros, se é por mandato, ou por ano, e se, obviamente era para as sete freguesias, agora há-de ser para as quatro, incluindo as freguesias agregadas. Portanto, era a primeira questão. Depois, em relação aos documentos que instruem aqui este ponto, gostava que os Srs. Membros da Assembleia olhassem para a proposta de



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

seguro cujo início foi em 23.04.2003, da Global, Companhia de Seguros S.A., e diz lá especificamente 33 autarcas, ou seja, o que está aqui discutir-se não é lana caprina, nem uma coisa de somenos importância, o que se está a discutir é tão só isto: os autarcas eleitos na Assembleia Municipal têm um seguro específico, enquanto eleitos diretos, é este que tem aqui uma Apólice 33 autarcas, como sabem somos 33 eleitos diretamente, e eramos 7 Presidentes de Junta por inerência, e agora são 4. Estamos em sintonia? Muito bem. Na Apólice da Global Seguros S.A. não estão os Presidentes de Junta que vêm as estas reuniões por inerência. Ok? Muito bem. Por isso, exatamente porque não estão nesta dos 33 autarcas, havia uma outra apólice, que a Câmara, vindo já percebeu de onde, da velha herança, aquelas coisas que o baú da velha herança também trazia, sempre trazia algumas coisas de jeito, não era só assim património que está ao abandono, também trazia apólices, hábitos, usos, que por vezes que podiam ser tomados como certos. É que havia um seguro especificamente para as Juntas, que englobava então os Presidentes, ou os seus substitutos legais quando também vinham em funções a esta Assembleia. O que é que nós vamos hoje aqui, o que é que os Srs. vão aqui aprovar? Vão aprovar que continuarão seguros, no âmbito eventualmente da Global os 33 autarcas, os Srs. vão votar e livrar o pelo, mas em relação ao executivos e nomeadamente aos Presidentes de Junta, eles agora que se organizem. A questão que se vai levantar é esta: e quem trabalha com companhias de seguros e ao Sr. Membro Edgar Valles esta linguagem não lhe é muito estranha, quem trabalha com contratos e com seguradoras, elas só pagam se não puderem fugir. Limpinho. Limpinho, limpinho, como dizia o outro. Pois bem, o que é que vai acontecer? Quando um Presidente de Junta vier da Pontinha, do Olival Basto, ou da Póvoa, ou vier até mesmo ali do centro de Odivelas, ou de Caneças, ou Ramada para a Assembleia Municipal, vem ao serviço de que órgão? É a pergunta. Da Junta ou da Assembleia? Se vem da Junta, então a Junta paga-lhe a senha de presença. Não. Os Srs. Presidentes de Junta vão começar a receber senha de presença do orçamento da Junta? Ou do orçamento da Assembleia Municipal? Recebem da Assembleia Municipal. Limpinho, limpinho, se tiverem um acidente e infelizmente ficar inválido, com um problema, ou morrer, a seguradora vai perguntar: Para onde ia? O que fazia? Ao serviço de quem?. Ia para a Assembleia Municipal, eleito por inerência e recebe de lá uma senha. Não está coberto pelo seguro da Junta. Aposto que não está não Sra., Sra. Presidente de Junta da Pontinha, não está. Porque aqui é Membro da Assembleia por inerência. Leiam as apólices façam uma simulação, façam uma simulação com a vossa seguradora. Pois, só quem não trabalha com as seguradoras, a pedir indemnização, só quando se verifica um risco é que faz que não sabe, ou não sabe, que as seguradoras pegam assim naquelas vírgulas, que às vezes estão na legislação, ou nos contratos, ou nas letras miudinhas para excluir a responsabilidade. Esta é a questão. Não está sequer aqui em causa a demagogia de não se saber que, a Assembleia, a Câmara ou a Junta, são pessoas coletivas diferentes, Sr. Membro da Assembleia Edgar Valles, não está aqui em causa isso. Não está sequer aqui em causa que o orçamento das Juntas dificilmente chegará para as suas responsabilidades, e também não está aqui em causa uma coisa que a Câmara tinha obrigação de saber, que é funcionar em escala, se houver um seguro



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

com muito mais coberturas, vai negociar um preço mais barato. Isto é elementar, é da tal iliteracia financeira que falava há pouco. Se fizerem um seguro para o município, para as freguesias, para a Assembleia Municipal, para a Câmara, vão com certeza conseguir negociar um preço baixo, reduzido. Se pulverizarem os seguros, cada freguesia por si, vão aumentar o prémio. Isto é elementar, iliteracia financeira. Portanto, e com tanta assessoria jurídica, técnica, financeira, interna, externa, com avenças, com interesse público. Trazem uma proposta destas? O Presidente da Junta Ilídio tirou a palavra indignidade, mas eu reponho-a, não na boca dele, mas na minha. Esta proposta vinda do Sr. Diretor Municipal, um homem do direito. O Dr. Hernâni Boaventura que subscreve aqui e diz textualmente: - manter o seguro só para os eleitos. Nós não estamos aqui a brincar. É o que está lá. Só para os eleitos. Os Presidentes de Junta não são eleitos na Assembleia Municipal. Não sabia Sra. Presidente? Não são! São Membros por inerência e se tiver um acidente a sair daqui, partir uma perna, a seguradora do seu seguro da Junta de Freguesia não vai cobri-la, chega aqui à Assembleia e não está coberta. 33 Autarcas são o que está aqui. E é aquilo que se propõe em renovar. Nós achamos errado, é uma proposta indigna. E queremos propor se redima e tire este ponto. -----

Edgar Valles pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Eu penso que a eleita Lúcia Lemos considerou este seguro como sendo um seguro de acidentes de trabalho, mas não, é um seguro de acidentes pessoais. Portanto, aquela questão que colocou do acidente aplicar-se-ia se fosse sendo um seguro de acidentes de trabalho, sendo um seguro de acidentes pessoais a pessoa está sempre coberta mesmo que não esteja no exercício das suas funções. Em relação à natureza do acidente, enquanto no seguro de acidente de trabalho teria que provar que estava em funções, no seguro de acidentes pessoais já não é assim. Por natureza, o seguro de acidentes pessoais abrange todas as situações, mesmo que não se esteja em serviço. Eu pedi esta segunda intervenção não foi tanto para discutir a questão técnica, mas porque fui interpelado e de certo modo acusado, sinto necessidade de fazer este comentário: - eu não consigo compreender como é que um autarca com a envergadura do Ilídio Ferreira, que tem essa envergadura e que tem essa história, consegue ter suscetibilidades de donzela, quando alguém faz uma intervenção, não injuria, eu não injurieei, não o ofendi, limitei-me a dizer que a intervenção era demagógica. Cometi um erro e peço desculpa, eu devia primeiro caracterizar a intervenção e depois terminar qualificando-a como demagógica. Mas às vezes acontece isso, a pessoa começa pela qualificação e só depois refere os factos, de qualquer modo, se o ofendi, peço-lhe desculpa." -----

Pelas **23h40**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **23h50** os trabalhos foram retomados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Retomados os trabalhos usaram da palavra -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Não tem propriamente a ver com este ponto, tem a ver com os seguros, genericamente, para a Assembleia Municipal. Era interessante de facto que os Deputados Municipais, e quem está aqui em serviço da Assembleia Municipal, soubessem exatamente os termos do seguro. Porque aqui há uns anos, era salvo o erro, 02h00 antes de começarem as reuniões da Assembleia Municipal e de Comissões, e 02h00 depois, não sei se esses termos ainda se mantêm, porque o seguro não cobre o tempo todo. Era interessante a gente saber isso. " -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

"Respeitado, respeitinho é bom, mas entre órgãos, aliás como aqui já se disse, têm autonomia, inclusivamente são pessoas coletivas diferentes, etc., não há subserviências. No início desta Assembleia o Presidente de Junta Ramada Caneças fez um ponto prévio e frisou que iríamos debater este problema aqui no ponto 6, perguntando se estava seguro. A essa pergunta a Sra. Presidente da Câmara respondeu que: 1.º - Quanto à Apólice que está em vigor até finais de 2013, todos estão seguros razão pela qual ele se manteve na reunião, porque estava seguro. 2.º - Que iria tratar, que achava pertinente a questão. Não me lembro das palavras em concreto, mas devem estar gravadas. De na nova Apólice incluir para além dos 33 Membros da Assembleia eleitos diretamente, também os 4 Presidentes de Junta que têm assento por inerência. Dado que a Câmara mantém o ponto para votação, nós propomos que na deliberação que venha a ser tomada sobre este ponto, se inclua, que faça parte do texto da deliberação as palavras da Sra. Presidente. No sentido de que, este ponto a ser aprovado, será para excluir, para a Câmara deixar de pagar a Apólice dos Executivos das Juntas de Freguesia, mas, que será acrescentado ao Seguro da Assembleia Municipal os 4 Presidentes de Junta e, ou, os seus representantes legais quando vem às Assembleias Municipais ou quando estiverem em execução de funções, em exercício de Funções. Aproveito para dizer que, o que estamos aqui a deliberar é um seguro de acidentes pessoais sim, não um seguro de acidentes de trabalho. Todos sabemos isso. Mas, é um seguro de acidentes pessoais em exercício de funções e



Assembleia Municipal de Odivelas

portanto, quando formos de férias para a Cochinchina e o nosso avião cair, não podemos acionar este seguro porque não estamos em exercício de funções. É preciso que fique claro isto. Claro, claro, mas o Sr. Dr. Edgar Valles veio aqui passar-me um atestado de ... porque eu estava a falar de um seguro de acidentes de trabalho e afinal vem falar de demagogia. Veio dizer que seu estava a falar de uma coisa diferente, que estava a falar de um seguro de acidentes de trabalho e que não sabia o que estava a dizer. Lamento, mas neste aspeto em concreto não tenho dúvidas, é um seguros de acidentes pessoais em exercício de funções. E quem estiver em exercício de funções na Assembleia Municipal é que o pode acionar, se se verificar um risco. Portanto, é imprescindível que cada um de nós conheça o clausulado da apólice, ou seja, os riscos cobertos. Ponto 1 – A extensão da Apólice- Ponto 2 – E quem é que é coberto por ela?.- Ponto 3 . Da maneira como está gizado aqui este ponto, se não forem acrescentadas as palavras da Sra. Presidente para proposta de votação, de que vai acrescentar à Apólice da Assembleia, nós não temos aqui nenhuma correia de transmissão com os Vereadores da Câmara. Lá, a Sra. Presidente esclareceu de viva voz, aqui, foi-se embora ficamos sem esclarecimentos. Portanto, queremos as coisas devidamente clarificadas. Obrigada. " -----

Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Como é que era? Donzela?. Dessa gostei. Por onde ele anda? Agora, a questão que se coloca é esta: Foi um ponto prévio que eu pus. Se a Sra. Presidente dissesse que eu não estava, eu ia-me embora, abandona a Assembleia por não ter segurança, imediatamente me ia embora, e depois ia atuar junto do Tribunal Administrativo. Certo!. Porque tenho direito de estar seguro segundo a Lei. É evidente que depois das intervenções em relação aos restantes, de fato é uma questão política, uma questão de solidariedade. Há pessoas que, aqui a Sra. não sei se gosta que lhe chame de Deputada, tenho muito gosto de a tratar. Arraigadamente defendo a autonomia administrativa, somente, nós trabalhos em conjunto, e disse isto há bocado e vou repetir. Por a idade que tenho e pela vida que tenho, e pelas situações que tenho tido, o seguro não paga quando houver zonas cinzentas. Certo! Não é por acaso que o administrador que não faça o seguro coletivo vê-se aflito para cobrar seja o que for, o seguro tem que ser um coletivo, para ser uma única empresa, para resolver problemas. Aqui o problema é o mesmo. Quando se vem à Câmara, vem-se ao serviço de quem? Não se sabe nunca. Nunca sabem. Nunca pagam. Queria que o senhor Vice-Presidente assumisse e honrasse o que ela afirmou. Que foi: - Estão seguros, os Presidentes estão seguros. Quem os substituem estão seguros, não é o Vice-Presidente é quem nomear. Eu quero ver é como vão consubstanciar o seguro numas condições destas. Não é por acaso que havia o seguro. Chamo a



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures and initials)

atenção para todos nós mesmo, se quatrocentos e não sei quantos euros, se isto é importante para a Câmara e se isto marca a separação da autonomia. Tenham paciência, mas eu de fato estou deslocado.” ---

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. ---

Susana Santos, pela bancada do **PS**; ---

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, apresentou uma proposta de recomendação que seguidamente se transcreve: ---

“Senhor presidente é um Ponto de Ordem. Vamos lá então a ver se a gente clarifica. Eu vim aqui, primeiro propor a retirada do Ponto. Foi arrumada a questão, a Câmara não retira, porque acha que, e tal. Depois então, lembrei que no Ponto prévio a Senhora Presidente de Câmara disse que, até 2013, finais, enquanto a Apólice estiver em vigor estão todos seguros, e depois iria incluir os quatro Presidentes de Junta e seus substitutos legais. E o que eu vim aqui propor é que, na deliberação que nós vamos tomar, essas palavras da senhora Presidente constem da deliberação. Pronto. Isto é complicado? Então se é preciso formaliza-se uma recomendação à Câmara, no sentido de que, na Apólice a negociar para segurar os membros da Assembleia sejam incluídos também os senhores Presidentes de Junta, que têm assento por inerência, e todos aqueles que em representação deles, venham desempenhar essas funções. Qualquer um que eles possam indicar, a Lei essa possibilidade de indicar. Está feita a recomendação, senhor Presidente.” ---

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou a proposta de recomendação apresentada pela bancada da CDU, que foi aprovada **por unanimidade** ---

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** ---

Pelo Membros da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pela bancada da, **CDU** e **PSD**, respetivamente foi apresentada uma declaração de voto que será transcritas em ata. ---



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do plenário a retirada do ponto ,7 da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h20, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário